

BALANÇO PATRIMONIAL			BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022
Ativo circulante			Passivo circulante			Despesas operacionais			Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Caixa e equivalente de caixa	4	56.903	Fornecedores	7	1.116	Despesas gerais e administrativas	9	(3.174)	Prejuízo do período		(2.324)
Adiantamento a fornecedores		230	Obrigações fiscais		232	Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(3.174)	Ajuste sobre o lucro		
Impostos a recuperar		62	Obrigações trabalhistas e sociais		31	Resultado financeiro			Depreciação		1
Despesas antecipadas		302			1.379	Receitas financeiras	10	1.045	Adiantamento a fornecedores		(230)
		57.497				Despesas financeiras	10	(195)	Impostos a recuperar		(62)
Ativo não circulante			Patrimônio Líquido					850	Despesas antecipadas		(302)
Partes relacionadas	5	26	Capital social	8	87.000	Prejuízo do período		(2.324)	Fornecedores		1.116
Imobilizado		72	Prejuízo acumulado		(2.324)	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Obrigações fiscais		232
Intangível	6	28.460			84.676	ABRANGENTE			Obrigações trabalhistas e sociais		31
		28.558				Nota	31/12/2022		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(1.538)
Total do Ativo		86.055	Total do passivo e patrimônio líquido		86.055	Outros resultados abrangentes			Fluxo de caixa das atividades de investimentos		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: A Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. ("Triângulo" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, de propósito específico estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Vicente Simões, nº 197, Jardim Santa Lúcia, Pouso Alegre - MG. Constituída em 13 de setembro de 2022, a Companhia tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "Triângulo Mineiro", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, bem como, as demais áreas referidas na Concorrência Internacional SEINFRA nº 002/2021, nos termos do contrato de Concessão celebrado para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** A demonstração financeira foi preparada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão da demonstração financeira foi autorizada pela Administração em 28 de abril de 2023. Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação desta demonstração financeira, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.4 Base de mensuração:** A demonstração financeira individual foi preparada com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11. **3. Resumo das principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) Reconhecimento e mensuração inicial: A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo, que é mensurado inicialmente ao preço da operação, ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. (ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPT") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como a gerência seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em três categorias: Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida). Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida). Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando

a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. Passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) Compensação: Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.2 Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. Mensuração das perdas de crédito esperadas: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas ao valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação: Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário. Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Baixa: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. Contas a receber e ativos contratuais: A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionadas ao contas a receber e ativos contratuais. A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses. As alterações de exposição da Companhia ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 12. (ii) Ativos não financeiros: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **3.3 Demais ativos circulantes e não circulante:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **3.4 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.5 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **3.6 Benefícios a empregados:** Benefício de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas, ganho com instrumentos financeiros derivativos e atualização financeira sobre habilitação de de PIS e COFINS. A receita de juros e ganho com instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos e variações monetárias

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
	Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022		Nota
Despesas operacionais			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Despesas gerais e administrativas	9	(3.174)	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Prejuízo do período	(2.324)
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos impostos		(3.174)	ABRANGENTE			Ajuste sobre o lucro	
Resultado financeiro			Nota	31/12/2022		Depreciação	1
Receitas financeiras	10	1.045	Outros resultados abrangentes			Adiantamento a fornecedores	(230)
Despesas financeiras	10	(195)	Outros			Impostos a recuperar	(62)
		850	Resultado abrangente total			Despesas antecipadas	(302)
Prejuízo do período		(2.324)				Fornecedores	1.116
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			Obrigações fiscais	232
ABRANGENTE			ABRANGENTE			Obrigações trabalhistas e sociais	31
Nota	31/12/2022		Nota	31/12/2022		Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.538)
Outros resultados abrangentes			Outros resultados abrangentes			Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Outros			Outros			Partes relacionadas	(26)
Resultado abrangente total		(2.324)	Resultado abrangente total		(2.324)	Aquisição de imobilizado	(73)
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Aquisição de intangível	(28.460)
						Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(28.559)
Saldo em 13 de setembro de 2022			Saldo em 13 de setembro de 2022			Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
Integralização de capital	87.000	87.000	Integralização de capital	87.000	87.000	Aporte de capital	87.000
Prejuízo do período	(2.324)	(2.324)	Prejuízo do período	(2,324)	(2,324)	Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	87.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.000	(2.324)	Saldo em 31 de dezembro de 2022	87.000	(2.324)	Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	56.903

sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, juros sobre mútuo com partes relacionadas, despesas com IOF, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, despesas com obrigações de outorga, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), perda com instrumentos financeiros derivativos, atualização, obrigação de compra de ações. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** (i) Lucro real: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. (ii) Imposto corrente: O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação da demonstração financeira individual. (iii) Exposições fiscais: Na determinação do imposto de renda à Companhia, levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria a Companhia mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **3.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 17 - Contratos de seguro; • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis); • Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis). **4. Caixa e equivalentes de caixa:** **31/12/2022**
Banco conta movimento 1
Aplicações de liquidez imediata 56.902
56.903

5. Partes relacionadas: **31/12/2022**
EPR 2 Participações S.A. 26
26

6. Intangível: **Vida útil Taxa média Amortiz-**
Ativo (em anos) anual Custo zação Líquido

Projeto Rodovias (i) 30 0,28% 28.460 = 28.460
28.460 = 28.460

(i) Os valores registrados a título de intangível referem-se aos pagamentos relacionados a gastos iniciais necessários para a obtenção do contrato de concessão, durante o período da licitação, previstas no edital.

7. Fornecedores: **31/12/2022**
Fornecedores de materiais e serviços 1.116
1.116

8. Capital Social: O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, totalmente integralizado é de R\$87.000.000, representadas por 87.000.000 ações, sendo 43.500.000 de ações ordinárias, 35.127.461 de ações preferenciais classe A e 8.372.538 de ações preferenciais classe B, distribuídas da seguinte maneira:

Tipo de ação				Quantidade	Valor	%
Sócios	ação	de ação				
EPR 2 Participações S.A.	Ordinária	43.500.000	43.500.000	50%		
Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE	Preferencial	43.500.000	43.500.000	50%		
Total		87.000.000	87.000.000	100,00%		

9. Gastos por Natureza: **31/12/2022**
Consultoria 2.771
Outras despesas 242
Despesas com pessoal 201
Tributárias 13
Depreciação e amortização 1
3.174
31/12/2022

10. Resultado financeiro: **31/12/2022**
Receitas financeiras 1.045
Rendimento de aplicações financeiras 1.045

Despesas financeiras (195)
Outras despesas financeiras (195)
850

Resultado Financeiro

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados,

e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: A Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	31/12/2022
Banco conta movimento	1
Aplicações de liquidez imediata	56.902
	56.903

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 passivos financeiros com risco de liquidez. Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/12/2022
Banco conta movimento	1
Aplicações de liquidez imediata	56.902
	56.903

A Administração da Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Gerenciamento do capital: A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para quotistas e credores. Instrumentos financeiros "não derivativos": Para algumas das operações a Administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referem-se aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, assim como fornecedores e outras contas a pagar não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2022. **12. Eventos subsequentes:** O contrato de concessão nº 003/2022, em nome da Companhia, assinado em 11 de novembro de 2002, estabelecia três cláusulas de condições precedentes para o início efetivo do contrato de concessão (Data de eficácia), sendo que esses três critérios estão listados abaixo: (i) comprovação da regularização do licenciamento ambiental do Sistema Rodoviário, necessária para a execução das intervenções incluídas nos Serviços Iniciais e para a operação da rodovia; (ii) apresentação do comprovante de depósito, em conta vinculada do FUNTRANS, do valor de R\$ 268.000 corrigido pela variação do IPCA 30 apurada entre outubro de 2021 e dois meses antes do seu efetivo pagamento; e (iii) assinatura do Termo de Arrolamento de Bens. Esses critérios foram atingidos em 28 de fevereiro de 2023, sendo que, nessa data foi realizado o pagamento do montante de R\$ 291.898, referente a primeira parcela da outorga corrigida pelo IPCA. O contrato prevê o pagamento da outorga em três parcelas, dessa forma, as duas parcelas restantes deverão ser pagas nos 12º e 24º meses do prazo da concessão, atualizada pelo índice IPCA. Na data de eficácia (28 de fevereiro de 2023), o saldo remanescente foi registrado, líquido do ajuste a valor presente, em conta do ativo intangível e do passivo de concessão. Em 6 de fevereiro de 2023, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures não conversíveis, em duas séries, no valor total de R\$ 700.000, sendo R\$ 550.000 na primeira série e R\$ 150.000 na segunda série. Essas debêntures foram oferecidas no Brasil com esforços restritos na colocação, de acordo com a legislação brasileira. O recurso desta emissão de debêntures será utilizado para financiamento de Capex, pagamento do fundo estadual de Desenvolvimento de Transportes (FUNTRANS) e reforço do capital de giro. As debêntures da primeira emissão acumularam juros a uma taxa de CDI + 3,40% ao ano, e serão pagos semestralmente até o vencimento. O valor principal será pago em três parcelas iguais, em agosto de 2024, fevereiro de 2025 e agosto de 2025. Em 30 de janeiro de 2023, foi realizado aporte de capital na Companhia através da emissão de (a) 81.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 81.500.000; (b) 65.813.517 ações preferenciais classe A nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 65.813.517; e 15.686.483 ações preferenciais classe B, sem valor nominal, com preço de emissão unitário de R\$ 1,00, totalizando R\$ 15.686.483, totalizando R\$ 163.000.000. Deste total, R\$ 1.630.000 será destinado ao aumento de capital social da Companhia e R\$ 161.370.000 será destinado a constituição de reserva de capital. Todos os valores foram reportados pelos atuais acionistas, mantendo a proporção de participação acionária.

Diretoria
Jose Carlos Cassaniga - Diretor
Giovanni Galvão de Arruda Filho- Diretor
Contador
Fabio Roberto Benvido - CRC ISP255684/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e aos Acionistas da **Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A.** - Pouso Alegre - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rodovias do Triângulo SPE S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas,

incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 13 de setembro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das

CONCESSIONÁRIA RODOVIAS DO TRIÂNGULO SPE S.A.**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto,

possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião

sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as

demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2023



ERNST & YOUNG
Audidores Independentes S/S Ltda.

CRC SP-027623/F

José Antonio de Andrade Navarrete
Contador - CRC-1SP198698/O-4